que o documento comprovativo de despesa, em condições de imediato processamento, seja recebido na DGOTDU, impreterivelmente, até 30 de Novembro desse ano.

Cláusula 7.^a

A Câmara Municipal prestará aos dois primeiros outorgantes toda a informação relativa à operação em geral e aos trabalhos comparicipados em especial.

Cláusula 8.^a

A Câmara Municipal colocará em lugar de destaque, no local de trabalhos comparticipados, um painel, a fornecer pela DGOTDU, no qual se refere a comparticipação do Estado, conforme estipula o despacho n.º 25 113/2000, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 283, de 9 de Dezembro de 2000.

Cláusula 9.^a

O presente protocolo fica automaticamente revogado se se verificar o não cumprimento do referido na cláusula anterior ou a utilização da comparticipação para fins diversos daqueles para os quais foi atribuída, sem prejuízo de reposição das verbas irregularmente aplicadas.

Cláusula 10.^a

A Câmara Municipal fica inibida de se candidatar durante cinco anos a novos financiamentos no âmbito do PRAUD se o protocolo for revogado nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 11.^a

Os dois primeiros outorgantes prestarão à Câmara Municipal, dentro das suas possibilidades, o apoio técnico que lhes for solicitado para a boa execução da operação.

7 de Março de 2005. — Pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, (*Assinatura ilegível.*) — Pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, (*Assinatura ilegível.*) — Pela Câmara Municipal de Pombal, (*Assinatura ilegível.*)

Protocolo n.º 45/2005. — *Protocolo n.º 9/2005 — requalificação da aldeia de Alcaria, em Porto de Mós.* — Entre a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR do Centro) e o município de Porto de Mós, representado pelo presidente da Câmara Municipal, é estabelecido um protocolo relativo à comparticipação e apoio a prestar pelas duas primeiras entidades na operação de requalificação da aldeia de Alcaria, em Porto de Mós.

O presente protocolo enquadra-se no âmbito do disposto no despacho n.º 23/90, de 6 de Novembro, do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, e rege-se, para além das condições definidas nesse despacho, pelo programa da operação oportunamente apresentado pela Câmara Municipal em conjunto com a sua candidatura ao Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD) e, ainda, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.^a

O montante total da comparticipação a atribuir pela DGOTDU corresponderá a 25% do investimento realizado pela Câmara Municipal de Porto de Mós, tendo como limite o valor de € 260 549, nos termos a definir entre estas entidades, tendo em conta as disponibilidades orçamentais da primeira.

Cláusula 2.^a

Sempre que o investimento seja ou venha a ser objecto de outros co-financiamentos, a percentagem de comparticipação da DGOTDU incidirá apenas sobre a participação financeira autárquica.

Cláusula 3.^a

A DGOTDU poderá considerar alterações ao escalonamento que venha a ser definido, bem como ao programa da operação, a solicitação da Câmara Municipal, com parecer favorável da CCDR do Centro, desde que lhe seja possível encontrar contrapartida para o correspondente reforço ou libertação de verbas, consoante e se for o caso.

Cláusula 4.^a

A liquidação de verbas ao abrigo da comparticipação será provida após apresentação pela Câmara Municipal de documentos comprovativos da despesa, visados pela CCDR do Centro, correspondendo o montante a liquidar a 25% da despesa efectuada.

Cláusula 5.^a

Quando alguma acção do programa da operação for executada por administração directa, deve a Câmara Municipal organizar um *dossier* donde conste toda a documentação de suporte comprovativa dos registos contabilísticos, nos termos do despacho n.º 13 536/98, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 179, de 5 de Agosto de 1998.

Cláusula 6.^a

A Câmara Municipal perde o direito a qualquer saldo que venha a existir no final de cada ano face ao escalonamento em vigor, só podendo a DGOTDU considerar pedidos de liquidação de verbas ao abrigo do escalonamento aprovado para um determinado ano desde que o documento comprovativo de despesa, em condições de imediato processamento, seja recebido na DGOTDU, impreterivelmente, até 30 de Novembro desse ano.

Cláusula 7.^a

A Câmara Municipal prestará aos dois primeiros outorgantes toda a informação relativa à operação em geral e aos trabalhos comparicipados em especial.

Cláusula 8.^a

A Câmara Municipal colocará em lugar de destaque, no local de trabalhos comparticipados, um painel, a fornecer pela DGOTDU, no qual se refere a comparticipação do Estado, conforme estipula o despacho n.º 25 113/2000, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 283, de 9 de Dezembro de 2000.

Cláusula 9.^a

O presente protocolo fica automaticamente revogado se se verificar o não cumprimento do referido na cláusula anterior ou a utilização da comparticipação para fins diversos daqueles para os quais foi atribuída, sem prejuízo de reposição das verbas irregularmente aplicadas.

Cláusula 10.^a

A Câmara Municipal fica inibida de se candidatar durante cinco anos a novos financiamentos no âmbito do PRAUD se o protocolo for revogado nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 11.^a

Os dois primeiros outorgantes prestarão à Câmara Municipal, dentro das suas possibilidades, o apoio técnico que lhes for solicitado para a boa execução da operação.

7 de Março de 2005. — Pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, (*Assinatura ilegível.*) — Pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, (*Assinatura ilegível.*) — Pela Câmara Municipal de Porto de Mós, (*Assinatura ilegível.*)

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Instituto Português da Qualidade, I. P.

Despacho n.º 16 165/2005 (2.^a série). — *Designação de peritos que, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 69/2005, de 17 de Março, integram a composição da comissão de segurança de serviços e bens de consumo.* — 1 — O Decreto-Lei n.º 69/2005, de 17 de Março, transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2001/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Dezembro, relativa à segurança geral dos produtos.

2 — Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 11.º do referido diploma, compete ao Instituto Português da Qualidade, I. P. (IPQ), designar quatro peritos em matéria de segurança de produtos e serviços que prestem funções no quadro do sistema português da qualidade ou em laboratórios acreditados que irão integrar a composição da comissão de segurança de serviços e bens de consumo.

3 — Assim, para os efeitos previstos naquela disposição legal, são designados os seguintes peritos e respectivos peritos suplentes:

Perito — engenheiro Paulo Cabral, do Instituto Electrotécnico Português (IEP).

Perito suplente — engenheiro Esaú Cardoso, do Instituto Electrotécnico Português (IEP).

Perito — engenheiro Hildebrando de Vasconcelos, do Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica (CATIM).

Perito suplente — engenheira Maria Elisa Abrantes da Costa, do Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica (CATIM).

Perito — engenheiro Pedro Pontífice de Sousa, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Perito suplente — engenheira Maria Odete Anina Fernandes, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Perito — engenheira Maria de Fátima Gonçalves Correia Monteiro, do Instituto Português da Qualidade, I. P. (IPQ).

Perito suplente — engenheira Lourdes Anete Lopes Fernandes de Freitas, do Instituto Português da Qualidade, I. P. (IPQ).

4 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

6 de Julho de 2005. — O Presidente, *J. Marques dos Santos*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Aviso n.º 6925/2005 (2.ª série). — *Concurso interno de ingresso geral para admissão a estágio na carreira técnica superior.* — 1 — Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por meu despacho de 8 de Março de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicitação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de ingresso geral para admissão a estágio tendo em vista o preenchimento de um lugar vago na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do quadro de dotação global da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, aprovado pela Portaria n.º 226/99, de 1 de Abril, e alterado pela Portaria n.º 128/2001, de 27 de Fevereiro.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido pelo prazo de um ano a contar da data de publicação da lista de classificação final.

3 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelos seguintes diplomas:

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e pelo Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril;

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Junho;

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;

Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

4 — Área funcional — estudos de apoio à decisão e consultoria no âmbito das áreas de actividade desta Direcção-Geral.

5 — Conteúdo funcional — compete genericamente ao técnico superior de 2.ª classe conceber, adoptar e aplicar métodos e procedimentos técnico-científicos, com autonomia e responsabilidade, elaborando estudos, concebendo e desenvolvendo projectos, emitindo pareceres e participando em reuniões e grupos de trabalho tendo em vista a tomada de decisão superior.

6 — Local de trabalho — em Lisboa, nas instalações da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura.

7 — Vencimento — a remuneração é a fixada nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

8 — Condições de admissão ao concurso — podem ser admitidos ao presente concurso os candidatos que satisfaçam, até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas, os requisitos gerais de admissão previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e os seguintes requisitos especiais:

a) Serem funcionários de qualquer serviço ou organismo da Administração Pública ou agentes nas condições referidas no n.º 1 ou no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Possuírem licenciatura em Direito.

9 — Métodos de selecção — no presente concurso serão utilizadas, na 1.ª fase, a prova de conhecimentos específicos, na 2.ª fase, a avaliação curricular e, na 3.ª fase, a entrevista profissional de selecção. Os métodos de selecção previstos na 1.ª e na 2.ª fases terão carácter eliminatório.

9.1 — A prova de conhecimentos específicos terá por base o programa aprovado pelo despacho conjunto n.º 326/2003, de 18 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 15 de Abril de 2003, e incidirá sobre os temas seguintes:

Regime jurídico da função pública;

Procedimento administrativo;

Interpretação das leis e outros actos administrativos.

9.1.1 — A legislação necessária para a preparação para a citada prova é a seguinte:

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro;

Decreto-Lei n.º 383/98, de 14 de Outubro;

Decreto Regulamentar n.º 7/2000, de 30 de Maio;

Decreto-Lei n.º 310/98, de 14 de Outubro;

Decreto-Lei n.º 79/2004, de 13 de Janeiro;

Regulamento (CE) n.º 2371/2002, de 20 de Dezembro;

Regulamento (CE) n.º 2847/93, de 12 de Outubro, alterado pelo

Regulamento (CE) n.º 2870/95, de 8 de Dezembro, pela Deci-

são n.º 95/528/CE, de 5 de Dezembro, e pelos Regulamentos

(CE) n.ºs 2489/96, de 20 de Dezembro, 686/97, de 14 de Abril,

2205/97, de 30 de Outubro, 2635/97, de 18 de Dezembro,

2846/98, de 17 de Dezembro, e 806/2003, de 14 de Abril, com

a rectificação publicada no *JO*, n.º L 302, de 15 de Dezembro

de 1995, e com a rectificação publicada no *JO*, n.º L 105,

de 22 de Julho de 1999;

Regulamento (CE) n.º 850/98, alterado pelos Regulamentos (CE)

n.ºs 308/99, de 8 de Fevereiro, 1459/99, de 24 de Junho, 2723/99,

de 17 de Dezembro, 812/2000, de 17 de Abril, 1298/2000, de

8 de Junho, 724/2001, de 4 de Abril, 973/2001, de 14 de Maio,

e 602/2004, de 22 de Março.

9.1.2 — A prova de conhecimentos específicos será de natureza teórica, revestirá a forma escrita e terá a duração máxima de duas horas.

9.2 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, sendo obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função, os factores seguintes: habilitação académica de base, formação profissional e experiência profissional.

9.3 — Entrevista profissional de selecção — visa avaliar, numa relação interpersoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

10 — Sistema de classificação:

10.1 — A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética simples ou ponderada das classificações obtidas na prova de conhecimentos específicos, na avaliação curricular e na entrevista profissional de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que na prova de conhecimentos específicos, na avaliação curricular e na classificação final obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

10.2 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

11 — Apresentação de candidaturas:

11.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao director-geral das Pescas e Aquicultura, com indicação do concurso a que se candidatam, podendo ser entregues pessoalmente na Secção de Expediente e Arquivo desta Direcção-Geral,